



A TRANSIÇÃO PARA O MONEPISCOPADO

UMA JORNADA PELA LIDERANÇA NA IGREJA
PRIMITIVA

LUIS FRANCO DA SILVA

A TRANSIÇÃO PARA O MONEPISCOPADO

Uma Jornada pela Liderança na Igreja
Primitiva

Luis Franco da Silva



Informações

WhatsApp: +244 925-870-451

<https://ko-fi.com/luisfrancodasilva>
luisdasilva@servindoaosirmaos.org

A TRANSIÇÃO PARA O MONEPISCOPADO

© Junho de 2025 por Servindo aos Irmãos



Av. 21 de Janeiro, Gamek, Maianga – Luanda - Angola

Tell: +244925870451

Luená – Moxico

Servindo aos Irmãos, serviço do irmão **Luis da Silva** para
seus irmãos em Cristo.

∞ **Literaturas em formato digital**

→ <https://servindoaosirmaos.org>

∞ **Literatura em formato impresso (Exclusivo em
Angola-Luanda)**

→ Contacto@servindoaosirmaos.org

Distribuída em Angola por: Servindo aos Irmãos

Trechos deste livro podem ser reproduzidos, copiados e distribuídos desde que o texto não seja alterado e seja feita a devida referência ao autor. Apreciamos seu apoio e respeito a esta propriedade intelectual.

ÍNDICE

Introdução.....	3
1.A Liderança Plural nos Primeiros Dias.....	8
2. O Surgimento do Bispo Monárquico (Monepiscopado)	10
3. Fatores Impulsionadores da Mudança	12
4. A Consolidação do Monepiscopado (Século III).....	15
6. A Pluralidade da Liderança.....	19
Conclusão.....	21
APOIO OU DOAÇÕES	22
FORMAS DE APOIO	22

INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, a forma como a Igreja de Cristo organiza a sua liderança passou por mudanças profundas. Desde as primeiras comunidades registradas no Novo Testamento, marcadas por uma liderança plural e colegiada, até o surgimento do bispo monárquico como figura central, o modelo de governo eclesiástico foi sendo moldado por circunstâncias históricas, pressões doutrinárias, necessidades administrativas e influências culturais. Essas transformações não ocorreram de forma abrupta, mas seguiram um percurso gradual, deixando marcas visíveis na estrutura das igrejas até hoje.

Este livreto propõe uma viagem pela história dessa transição, partindo do padrão neotestamentário de presbíteros e bispos atuando em conjunto, passando pelo fortalecimento da figura única do bispo nos séculos II e III, e chegando às diversas formas de governo eclesiástico que emergiram posteriormente. Ao revisitar fontes bíblicas, documentos cristãos primitivos e registros históricos, buscamos compreender como cada etapa dessa evolução se deu, quais motivações a impulsionaram e que implicações ela trouxe para a vida e a unidade da Igreja.

Mais do que um relato histórico, esta reflexão é um convite a voltar às Escrituras como padrão supremo para o governo e liderança espiritual, discernindo entre o que é fruto da revelação divina e o que foi construído por conveniência, tradição ou pressão cultural. Afinal, a verdadeira autoridade eclesiástica deve sempre estar fundamentada na Palavra de Deus, e não em modelos humanos, por mais antigos ou difundidos que sejam.

Luis da Silva

1. A Liderança Plural nos Primeiros Dias

Ao abrimos as páginas do Novo Testamento, encontramos um retrato vibrante das primeiras comunidades cristãs. Em meio ao fervor da fé recém-descoberta e à expansão do Evangelho, a questão da liderança e organização eclesial emergiu naturalmente. Nos primórdios, o modelo predominante não era centralizado em uma única figura, mas sim caracterizado por uma liderança colegiada, um grupo de irmãos dedicados ao pastoreio e à supervisão das igrejas locais.

É interessante notar como os termos "bispos" (do grego *episkopoi*, que significa supervisores ou superintendentes) e "presbíteros" (do grego *presbyteroi*, que significa anciãos) eram frequentemente utilizados de forma intercambiável nos escritos apostólicos. Eles não designavam ofícios distintos com hierarquias rígidas, mas sim descreviam as funções e a maturidade espiritual daqueles que guiavam o rebanho. Vemos essa fluidez terminológica em passagens como Filipenses 1:1, onde Paulo saúda **"todos os santos em Cristo Jesus que estão em Filipos, com os bispos e diáconos"**. Em Atos 20:17, Paulo convoca os **"presbíteros"** da igreja de Éfeso e, no versículo 28, refere-se a eles como **"bispos"** (*episkopoi*) constituídos pelo Espírito Santo para pastorear a igreja de Deus.

Da mesma forma, na carta a Tito, Paulo o instrui a estabelecer **"presbíteros"** em cada cidade de Creta (Tito 1:5) e, logo em seguida, descreve as qualificações do **"bispo"** (*episkopos*) (Tito 1:7), indicando que se referia ao mesmo grupo de líderes. Outras passagens, como Atos 14:23 (onde Paulo e Barnabé constituem presbíteros em cada igreja) e Tiago 5:14

(que instrui os doentes a chamarem os presbíteros da igreja), reforçam a ideia de uma liderança plural, um conselho de anciãos/supervisores cuidando das necessidades espirituais e administrativas da comunidade.

Um testemunho adicional desse modelo inicial pode ser encontrado fora do cânon bíblico, na *Didaché*, um manual cristão primitivo datado entre o final do século I e início do século II. No capítulo 15, versículo 1, o texto instrui:

"Escolham para vocês bispos e diáconos dignos do Senhor: homens mansos, desapegados do dinheiro, verdadeiros e aprovados" (Didaché 15:1).

A forma plural "bispos", sem menção a um bispo único e hierarquicamente superior, alinha-se com o padrão observado no Novo Testamento, refletindo a prática comum da época, focada nas funções práticas e sem uma hierarquia rígida.

Essa liderança compartilhada, embora funcional nos primeiros tempos, enfrentaria novos desafios à medida que a Igreja crescia e se deparava com questões doutrinárias e organizacionais mais complexas. Este livreto busca explorar, de forma organizada e à luz das fontes históricas, a fascinante transição desse modelo plural para a emergência do episcopado monárquico, ou monepiscopado – a figura de um único bispo como líder principal em cada cidade –, um processo gradual que moldou profundamente a estrutura da Igreja nos séculos seguintes. ""

2. O Surgimento do Bispo Monárquico (Monepiscopado)

À medida que o primeiro século chegava ao fim e o segundo se iniciava, a paisagem da Igreja começou a passar por uma transformação significativa em sua estrutura de liderança. O modelo de um colegiado de presbíteros/bispos, embora eficaz inicialmente, gradualmente deu lugar à figura de um único bispo principal (o *episkopos*) em cada cidade, supervisionando a comunidade local em conjunto com um conselho de presbíteros e diáconos. Essa transição, conhecida como monepiscopado (ou episcopado monárquico), não foi abrupta, mas um processo que se desenrolou ao longo de décadas, refletindo as necessidades e os desafios enfrentados pelas crescentes comunidades cristãs.

Um dos testemunhos mais antigos e veementes dessa nova estrutura vem dos escritos de **Inácio, bispo de Antioquia**, por volta de 110 d.C. Durante sua jornada para o martírio em Roma, Inácio escreveu cartas a diversas igrejas, e nelas, ele consistentemente enfatiza a importância da unidade e da ordem eclesiástica centradas na figura do bispo. Para Inácio, a obediência ao bispo era um reflexo da obediência a Cristo e um baluarte contra divisões e falsos ensinamentos. Em sua carta à igreja de Esmirna, onde Policarpo servia como bispo, Inácio exorta de maneira marcante:

"Sigam todos ao bispo, como Jesus Cristo ao Pai, e ao presbitério como aos apóstolos. Quanto aos diáconos, respeitem-nos como à lei de Deus. Ninguém faça coisa alguma relacionada à Igreja sem o bispo. [...] Onde apa-

rece o bispo, ali esteja a comunidade, assim como onde está Jesus Cristo, aí está a Igreja Católica" (Inácio aos Es-
mirnitas 8:1-2).

Essa forte declaração posiciona o bispo como o ponto focal da unidade e da identidade da igreja local, insistindo que a submissão a ele, ao presbitério e aos diáconos é essencial.

De forma semelhante, na carta aos Efésios, Inácio utiliza a bela metáfora de um instrumento musical para descrever a relação harmoniosa que deveria existir entre o bispo e o presbitério:

"É necessário que vocês concordem com o pensamento do bispo, como já fazem. Pois vosso venerável presbitério, digno de Deus, está harmoniosamente unido ao bispo, como as cordas à lira" (Inácio aos Efésios 4:1-2).

Embora reconhecendo o papel vital dos presbíteros, a imagem claramente estabelece o bispo como o elemento central que confere harmonia ao todo, com o presbitério atuando em unidade subordinada a ele.

Policarpo de Esmirna († c. 155 d.C.), o destinatário de uma das cartas de Inácio e ele mesmo uma figura venerada na Igreja primitiva, personifica esse período de transição. Mencionado por Inácio como o bispo de Esmirna e cujo martírio foi posteriormente registrado (*Martírio de Policarpo*), Policarpo atuava como o líder principal de sua comunidade. Contudo, sua própria **Carta aos Filipenses** demonstra que essa liderança ainda era exercida em estreita colaboração com os presbíteros.

Ao exortar os filipenses, ele menciona o exemplo dos **"bem-aventurados presbíteros entre vós"** (Carta aos Filipenses 5:3), indicando um respeito pela liderança colegial, mesmo ocupando a posição de supervisão principal. Policarpo representa, assim, um exemplo clássico do modelo episcopal monárquico emergente, onde a autoridade central do bispo coexistia e se apoiava na tradição colegial dos presbíteros.

O surgimento do monepiscopado não foi um evento isolado, mas uma resposta a uma série de fatores internos e externos que pressionavam por uma liderança mais definida e centralizada, como veremos na próxima seção.

3. Fatores Impulsionadores da Mudança

A transição de uma liderança plural para o episcopado monárquico não ocorreu no vácuo. Foi impulsionada por uma confluência de fatores práticos, teológicos e culturais que respondiam aos desafios e às necessidades da Igreja em crescimento no Império Romano. Compreender esses fatores nos ajuda a perceber como a figura do bispo único se tornou tão central na vida eclesial.

Um dos catalisadores mais significativos foi a **necessidade de unidade doutrinária** diante do surgimento de diversas heresias, especialmente o Gnosticismo, que floresceu no século II. Os ensinamentos gnósticos, com suas interpretações esotéricas das Escrituras e negação da encarnação de Cristo, representavam uma séria ameaça à fé apostólica. Nesse contexto conturbado, a presença de uma autoridade episcopal clara e reconhecida em cada cidade tornou-se um ponto de refe-

rência crucial para a defesa da ortodoxia. O bispo, como guardião da tradição recebida dos apóstolos, podia mais eficazmente identificar e refutar os falsos ensinamentos, preservando a integridade da mensagem cristã.

Nessa batalha pela sã doutrina, a figura de **Irineu, bispo de Lyon** († c. 202 d.C.), destaca-se. Em sua monumental obra *Contra as Heresias* (escrita por volta de 180 d.C.), Irineu não apenas combateu vigorosamente os argumentos gnósticos, mas também articulou um dos pilares que sustentariam a autoridade episcopal: a **doutrina da Sucessão Apostólica**. Ele argumentava que a verdadeira fé era aquela transmitida publicamente pelos apóstolos aos bispos que eles mesmos haviam instituído, e que essa linha de sucessão ininterrupta garantia a fidelidade ao ensino original. Irineu contrapunha a clareza pública da sucessão episcopal aos ensinamentos secretos dos gnósticos:

"Nas igrejas, todos os que desejam saber a verdade podem contemplar a tradição dos apóstolos manifesta no mundo inteiro. [...] Basta-nos mencionar aqueles que foram instituídos bispos pelos apóstolos e seus sucessores até nós" (*Contra as Heresias* III, 3:1).

Ao listar as linhagens de bispos, especialmente a da igreja de Roma, como garantia da transmissão fiel da doutrina, Irineu oferecia um critério objetivo para discernir a verdadeira Igreja:

"Os bem-aventurados apóstolos [...] confiaram a Linos o cargo do episcopado. [...] A este sucedeu Anacle-

to; depois, em terceiro lugar a partir dos apóstolos, o episcopado coube a Clemente. [...] E assim chega até nós a tradição da verdade" (Contra as Heresias III, 3:2-3).

A autoridade do bispo único, portanto, estava intrinsecamente ligada à preservação da verdade apostólica contra as ameaças heréticas.

Além das questões doutrinárias, **necessidades administrativas e organizacionais** também favoreceram a centralização da liderança. À medida que as comunidades cristãs cresciam em número e complexidade, a gestão das atividades da igreja – como a celebração litúrgica, a administração da caridade aos necessitados, a manutenção da disciplina e a comunicação com outras igrejas – tornava-se mais desafiadora sob um modelo estritamente colegiado. Um líder centralizado, o bispo, podia coordenar essas diversas funções de maneira mais eficiente, garantindo a ordem e a coesão da comunidade.

Finalmente, não se pode ignorar as **influências culturais** do ambiente greco-romano. O modelo administrativo das cidades romanas, frequentemente centrado em uma figura de autoridade principal, pode ter oferecido um paradigma organizacional familiar. Da mesma forma, a estrutura hierárquica observada em algumas sinagogas judaicas, com um líder proeminente, também pode ter exercido alguma influência sobre a forma como as primeiras comunidades cristãs, muitas delas originadas no judaísmo, se organizaram.

Esses fatores, atuando em conjunto, criaram um ambiente propício para que o modelo do bispo monárquico se es-

tabelecesse e se consolidasse como a forma predominante de governo eclesiástico, um desenvolvimento que se tornaria ainda mais evidente no século III.

4. A Consolidação do Monepiscopado (Século III)

Se o século II testemunhou a ascensão e a defesa apaixonada do episcopado monárquico, o século III viu sua consolidação como a estrutura de liderança padrão em praticamente todo o Império Romano. O que antes era uma tendência emergente, defendida por figuras como Inácio e justificada por Irineu, tornou-se a norma estabelecida, refletindo uma organização eclesiástica cada vez mais definida.

Documentos importantes desse período atestam essa realidade. A ***Tradição Apostólica***, um texto influente datado por volta de 215 d.C. e tradicionalmente atribuído a Hipólito de Roma, oferece um vislumbre detalhado das práticas litúrgicas e da estrutura da igreja romana no início do século III. Neste escrito, o papel do bispo é claramente central e distinto. A ***Tradição Apostólica*** descreve procedimentos para a eleição e ordenação do bispo por outros bispos, com a participação do povo:

"Que o bispo seja ordenado após ter sido escolhido por todo o povo." (Tradição Apostólica 2-3).

Mais significativamente, ela delineia funções que se tornaram prerrogativas exclusivas do ofício episcopal, solidificando sua posição única na comunidade local e estabelecendo-o como o centro da vida litúrgica e administrativa:

"Ninguém faça outra eucaristia à parte daquela que faz o bispo. [...] O bispo tem autoridade sobre todos os bens da igreja" (Tradição Apostólica 9).

Além da consolidação do poder do bispo dentro de sua própria cidade (diocese), o século III também viu o início do desenvolvimento de uma hierarquia inter-episcopal. Os bispos de cidades mais importantes, as metrópoles das províncias romanas (como Roma, Alexandria, Antioquia), começaram a exercer uma influência e autoridade crescentes sobre os bispos de cidades menores em suas respectivas regiões. Essa proeminência dos bispos metropolitanos lançou as bases para o sistema patriarcal que se desenvolveria mais plenamente nos séculos seguintes, com certos centros episcopais ganhando reconhecimento e jurisdição sobre vastas áreas geográficas.

Assim, ao longo do século III, o monepiscopado deixou de ser apenas uma resposta a desafios específicos e se tornou a espinha dorsal da organização da Igreja. A figura do bispo único, investido de autoridade doutrinária, litúrgica e administrativa, e inserido em uma rede de comunhão e hierarquia com outros bispos, passou a definir a estrutura visível da Igreja Católica (universal) em todo o mundo romano.

5. Do Monepiscopado às Diversas Formas de Governo Eclesiástico

O episcopado monárquico, ao consolidar-se como estrutura predominante a partir do século III, tornou-se a base de diversas formas de governo eclesiástico que se desenvolveriam ao longo da história da Igreja. A centralização da autoridade

de no bispo local, inicialmente pensada para preservar a unidade doutrinária e facilitar a administração pastoral, abriu caminho para a formação de sistemas mais complexos e hierárquicos, alguns mantendo a figura do bispo com amplos poderes, outros adaptando o modelo a contextos reformados.

Nos séculos IV e V, especialmente após a oficialização do Cristianismo como religião do Império Romano (313 d.C., com o Édito de Milão), o monepiscopado passou a se entrelaçar com estruturas políticas. O bispo de Roma, por estar na capital imperial e por reivindicar a sucessão apostólica de Pedro, assumiu crescente preeminência sobre os demais bispos, dando origem ao que hoje conhecemos como **papado**. Assim, o modelo episcopal de Roma evoluiu para uma estrutura hierárquica com o Papa como líder supremo da Igreja Ocidental, os arcebispos e bispos como seus representantes regionais, e os presbíteros como auxiliares locais.

Na Igreja Oriental, por sua vez, embora mantida a autoridade de um bispo por cidade, desenvolveu-se um modelo **conciliar**, onde os patriarcas de centros importantes como Constantinopla, Antioquia, Alexandria e Jerusalém exerciam autoridade colegiada nas decisões doutrinárias. A tradição ortodoxa, portanto, preservou o monepiscopado, mas inserido num contexto de interdependência entre os bispos, especialmente visível nos Concílios Ecumênicos.

Com a Reforma Protestante do século XVI, surgiram rupturas significativas em relação ao modelo episcopal. Reformadores como Lutero e Calvino rejeitaram a autoridade papal e questionaram a origem bíblica do episcopado monárquico. A partir disso, novas formas de governo eclesiástico se formaram:

- **Modelo Presbiteriano:** Influenciado por Calvino e solidamente baseado na pluralidade de presbíteros, esse sistema rejeita a figura do bispo único. A liderança é exercida por um conselho de presbíteros eleitos, tanto em nível local (igreja) quanto em instâncias superiores (presbitério, sínodo e assembleia geral). Aqui, a ênfase recai sobre a representatividade e a governança colegiada.

- **Modelo Congregacional:** Presente em várias igrejas batistas e independentes, esse modelo valoriza a autonomia de cada igreja local. As decisões são tomadas pela assembleia dos membros, e os líderes (pastores e diáconos) são reconhecidos e confirmados pela própria comunidade. Não há instâncias superiores permanentes nem hierarquia entre igrejas.

- **Modelo Episcopal Reformado:** Algumas denominações reformadas mantiveram o uso do título "bispo" (como na Igreja Anglicana), mas redefiniram suas funções e autoridade. O bispo atua como supervisor pastoral e litúrgico, porém subordinado à Constituição e aos cânones da Igreja, e muitas vezes em colegiado com sínodos e conselhos.

Embora os modelos presbiteriano, congregacional e episcopal reformado sejam vistos por muitos como alternativas mais bíblicas ao sistema hierárquico romano, todos eles ainda carregam desvios importantes em relação ao padrão neotestamentário. O presbiterianismo, ao estabelecer instâncias superiores de governo como presbitérios e sínodos, introduz uma estrutura que ultrapassa os limites da igreja local, sem respaldo claro nas Escrituras. O congregacionalismo, por sua vez, embora valorize a autonomia local, frequentemente submete os presbíteros à vontade da maioria, enfraquecendo sua autoridade pastoral e a liderança espiritual bíblica. Já o episcopal reformado mantém uma distinção entre "bispos" e "presbíteros", como se fossem ofícios separados, contrariando o uso intercambiável dos termos no Novo Testamento. Assim, apesar das boas intenções, essas formas de governo continuam sendo

construções e adaptações posteriores, e não expressões fiéis do modelo simples, plural e colegiado que os apóstolos deixaram como padrão para a igreja local.

Dessa forma, o que começou como uma adaptação contextual na Igreja primitiva, o monepiscopado, originou um leque de sistemas eclesiásticos, moldados por contextos culturais, doutrinários e políticos. Hoje, ao redor do mundo, encontramos expressões cristãs com estruturas episcopais (católica, ortodoxa, anglicana), presbiterianas e congregacionais, cada qual reivindicando fidelidade à fé apostólica e às Escrituras.

Contudo, em meio à diversidade, permanece o desafio de discernir, à luz da Bíblia, qual estrutura mais se alinha ao padrão deixado pelos apóstolos. A liderança da Igreja não deve ser definida apenas por tradição ou pragmatismo, mas guiada pela Palavra inspirada de Deus, que continua a ser nossa regra de fé e prática.

6. A Pluralidade da Liderança

Enquanto acompanhamos a trajetória histórica da liderança eclesiástica, desde a pluralidade inicial até a consolidação do monepiscopado, é fundamental voltarmos nosso olhar para as Escrituras, a fonte perene de instrução para a vida da Igreja. Como Deus deseja que Seus líderes sejam? Quais qualidades devem adornar aqueles que supervisionam o rebanho de Cristo? Essas perguntas nos convidam a uma reflexão mais profunda, que desenvolvemos com maior detalhe em nosso outro livreto: **A Pluralidade da Liderança na Igreja Local: Uma Perspectiva Bíblica.**

Recomendamos fortemente a leitura complementar, para que você tenha uma visão mais ampla e fiel do padrão bíblico para o governo da Igreja.

CONCLUSÃO

Ao examinarmos essa transição histórica da liderança plural dos presbíteros para o modelo centralizado do bispo monárquico, é essencial reconhecê-la como um desenvolvimento compreensível, mas não necessariamente bíblico.

Embora figuras como Inácio e Irineu tenham contribuído para a defesa da fé em tempos de crise, a estrutura por eles defendida foi uma resposta prática e contextual, e não uma exigência apostólica. O Novo Testamento apresenta, de forma consistente, uma liderança colegiada de presbíteros, sem traços de hierarquia entre eles, como o padrão normativo para a igreja local.

Hoje, mais do que nunca, somos chamados a retornar à simplicidade e fidelidade do modelo apostólico: uma liderança plural, madura, relacional e centrada na Palavra. Que a história nos ensine, mas que a Escritura nos governe. Que as igrejas de Cristo sejam pastoreadas por presbíteros piedosos, não por estruturas herdadas, mas por convicções bíblicas firmes.

Somente assim a Igreja poderá, em cada geração, ser coluna e baluarte da verdade (1Tm 3:15), fiel ao Senhor da Igreja e ao padrão deixado pelos apóstolos.

APOIO OU DOAÇÕES

Se os nossos conteúdos têm edificado a sua vida, saiba que é possível apoiar este ministério, com oração, partilha, recursos ou contribuição, conforme ensina a Palavra: **'O que é instruído na palavra, reparta de todos os seus bens com aquele que o instrui.'** (Gálatas 6:6)

FORMAS DE APOIO

1. **Ore por nós** – Interceda por sabedoria, santidade, direção e portas abertas.
2. **Compartilhe os materiais** – Ajude a alcançar mais vidas divulgando os conteúdos.
3. **Adquira nossos materiais** – Fortaleça-se com conteúdos bíblicos voltados à edificação dos crentes empreendedores e empresários.
4. **Contribua financeiramente (se for da sua vontade)** – Caso Deus toque teu coração, você pode apoiar financeiramente com base nos seguintes princípios:
 - Se você tem sido edificado pelos conteúdos do nosso ministério (Gálatas 6:6);
 - Se estás em paz com Deus e em comunhão com sua igreja local;
 - Se a Sua família está suprida nas necessidades básicas (1 Timóteo 5:8);
 - E sente em seu coração o desejo de participar financeiramente com alegria e liberdade (2 Coríntios 9:7);

Então, sim: **pode nos apoiar**. Toda contribuição será recebida com gratidão, administrada com temor e prestará contas diante de Deus.

Fora de Angola: <https://ko-fi.com/luisfrancodasilva>

Angola: Banco BFA - 0006 0000 94455837301 93

Luis Franco da Silva

Nota: Não fazemos apelos públicos constantes, nem vendemos bênçãos. Se você percebe frutos espirituais, valor bíblico e temor de Deus no nosso trabalho, caminhe conosco com discernimento, oração e liberdade cristã.
